



SISTEMA EUROPEU E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA: UMA RELEITURA DA MULTIPLICIDADE DE CAUSAS DO EVENTO QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ariane Costa dos Santos

Bolsista da CAPES e
Mestranda em Relações
Internacionais pela UERJ,
na linha de pesquisa
Política Externa
Brasileira. Pós-graduada
no IBMEC (2015),
Bacharel em Relações
Internacionais pela UFF
(2014) e em Ciências
Sociais pela UFRJ (2011).
ariane1804@hotmail.com

Resumo: Tradicionalmente caracterizada como marco do despertar das nações em relação às graves consequências do conflito bélico interestatal, a Primeira Guerra Mundial é tida como um dos eventos históricos de maior influência na inauguração do campo acadêmico das relações internacionais. Diante da relevância histórica, política e social do período, o presente artigo tem por objetivo realizar uma releitura das principais obras que discorrem sobre aos fatores que levaram à Primeira Guerra, à luz da categorização das causas da guerra do teórico John Garnnett e da leitura sociológica weberiana da multiplicidade de causas dos fenômenos sociais.

Palavras-chave: Primeira Guerra, sistema europeu, relações internacionais, multiplicidade de causas.

Abstract: Usually known as a milestone for a wake-up call to the risking consequences to the military interstate conflicts, the World War I is one of the most influential event to the emergence of the international relations academic field. In the face of the historical, political and social relevance of this period, this article aims to develop a broad analysis of the main works of the driving forces which led to the war. The analysis will be developed from the standpoint of John Garnnett's causes of war theory and the weberian sociological understanding about the multiple causes of social phenomena.

Keywords: World War I, European System, International Relations, Multiple Causes.



Introdução

"Uma guerra para acabar com todas as guerras"
(WILSON, 1919)¹

O marco histórico da Primeira Guerra Mundial é de essencial importância para o estudo das Relações Internacionais, que, como disciplina acadêmica, nasce com a variável espaço-temporal muito bem definida. Na Europa do imediato pós-guerra, mais especificamente, no Reino Unido de 1919, é fundada a primeira cátedra universitária dedicada aos estudos das relações internacionais, na antiga Universidade de Gales. O acontecimento – de consequências tão drásticas no âmbito humanitário, tanto em dimensões numéricas, quanto geográficas – tornou-se marco histórico do surgimento de um campo do saber criado com o objetivo central da manutenção da paz e prevenção da guerra interestatal.

A Primeira Guerra consolidou a noção de que o Estado-nação, somado aos avanços tecnológicos, possui o potencial de formar uma perigosa “tecnologia da morte” (HOBSBAWM, 1987, p. 458), através da qual a violência é praticada sob a autoridade de um Estado soberano (BULL, 1977, p. 83). A partir de 1918, toma-se consciência de que o poder desses atores, ao reunir o monopólio da violência legítima, reúne um potencial destrutivo de projeção da violência contra os seus iguais, seja por objetivos de expansão do poder ou de manutenção do *status quo*.

Apesar da possibilidade de um conflito generalizado já ter sido prevista entre os governos pré-1914, a deflagração de uma guerra em proporções que levaram à “autodestruição” de todo um continente (WATSON, 1992, p. 373), foi inesperada (HOBSBAWM, 1987). O Congresso Mundial para a Paz e as Conferências de Paz de Haia já davam sinais da deterioração progressiva das relações interestatais (HOBSBAWM, 1987). Para tratar esse período e, em especial, as principais motivações que levaram à “guerra para acabar com todas as guerras” (WILSON, 1919), é possível elencar um conjunto de análises tradicionais para uma melhor compreensão desse contexto.

Tomando por base a categorização de John Garnett em “the Causes of War and the Conditions of Peace” (2002), este artigo buscará elencar as principais causas da Primeira Guerra Mundial a partir da análise das perspectivas de George Kennan (1947), Arno Mayer (1981), Eric Hobsbawm (1987), Paul Kennedy (1988), Adam Watson (1992) e Henry

¹ Slogan utilizado por Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos da América entre 1913 e 1921, em referência à Primeira Guerra Mundial.

Kissinger (1994). Dessa forma, à luz da ótica weberiana da multiplicidade de causas, estes escritos tomarão a guerra como um fenômeno social, uma vez que presente nas mais diversas sociedades no tempo e no espaço, para buscar as causas imediatas, subjacentes, eficientes, permissivas, necessárias e suficientes (GARNETT, 2002) para a ocorrência da Primeira Grande Guerra.

John Garnett e a Multiplicidade de Causas da Guerra

"Fazer a Guerra é de longe mais fácil do que fazer a Paz."
(CLEMENCEAU, 1929)

Em "*The Causes of War and the Conditions of Peace*", John Garnett (2002) explora diversas vertentes da literatura de relações internacionais com o fim de identificar os principais fatores que levam Estados a guerrear entre si, agrupando-os em categorias específicas segundo sua natureza. O estudo de Garnett abrange desde causas associadas à estrutura do sistema internacional até fatores calcados na natureza e comportamento humanos. Deve-se notar que as categorias formuladas por Garnett não são mutuamente excludentes, elas dialogam e interagem entre si, de forma que um fator causal pode se enquadrar em diferentes categorias – as quais, em última instância, servem de parâmetro para prescrever diferentes tipos de recomendações e requerimentos para a paz.

Uma das distinções feitas por Garnett (2002) é entre *causas imediatas e subjacentes*: As primeiras seriam aquelas associadas a eventos triviais, mesmo acidentais, que frequentemente constituem o estopim de guerras - embora individualmente sejam incapazes de explicá-la - como o assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand em 1914, constituindo-se em marco histórico para o acionamento das alianças interestatais e o início da Primeira Guerra Mundial. Tais eventos são considerados "um entre múltiplos cursos de ação possíveis" (GARNETT, 2002, p. 24) para iniciar uma guerra, delineada por outros fatores. Já as causas subjacentes referem-se a circunstâncias estruturais do sistema que tornam um conflito provável ou iminente. No contexto da Primeira Guerra Mundial, exemplos seriam um sistema rígido de alianças hostis ou, partindo da leitura realista de Paul Kennedy (1988), a própria condição de dilema de segurança gerada com a mudança no equilíbrio de poder. Essa categoria minimiza a influência da ação individual de *policy makers*, que seriam reféns de fatores sistêmicos. No entanto, ainda sob a ótica realista, Kissinger (1994) valoriza, exatamente, a importância das autoridades políticas e militares vigentes, assim como as suas decisões, em especial, a dos líderes germânicos pós-Bismarck.

Outra distinção feita por Garnnet refere-se às *causas eficientes* e *causas permissivas*. Enquanto as primeiras estariam associadas a motivos ou interesses particulares de determinado Estado para entrar em guerra com outro – aquisição de território e recursos, por exemplo – causas permissivas seriam aquelas as quais, apesar de não promoverem ativamente a guerra, permitem que ela ocorra. O exemplo mais reconhecido diz respeito à anarquia do sistema internacional e ausência de uma autoridade supranacional equivalente a de Estados soberanos, extensivamente apontada por Kenneth Waltz (1979), entre outros, como geradora de insegurança internacional.

Garnnet também identifica causas calcadas no nível individual, citando psicólogos para distinguir entre *causas instintivas* e *adquiridas*. As primeiras estão associadas a argumentos sobre a natureza humana e sua predisposição à agressão e violência, substanciadas por estudos de Freud e Konrad Lorenz, que indicam a tendência humana de “temer ações desconhecidas e solucionar conflitos pela agressão”. Já *causas adquiridas*, também associadas ao comportamento humano, seriam resultado não de predisposições instintivas, mas de uma programação social relacionada à ‘frustração’: comportamentos agressivos seriam resultado do fracasso em atingir determinados objetivos. No entanto, estas serão de menor importância neste artigo.

Finalmente, Garnnett distingue entre *causas necessárias* e *suficientes*: Enquanto as primeiras dizem respeito a fatores fundamentais de forma empírica para a ocorrência de guerras – como armamentos, organização em coletividades, etc. – causas suficientes seriam aquelas que garantem a ocorrência do conflito e os tornam inevitáveis, como o “ódio entre dois Estados que não toleram a existência independente um do outro”.

Objetiva-se aqui, portanto, promover uma breve revisão bibliográfica a partir de autores clássicos que analisam o evento histórico que enterrou o acordo de cavalheiros do Tratado de Viena, à luz da categorização de John Garnett.

Contudo, Garnnett já reconhecia em seus escritos a presença de fatores causais que não se enquadram em nenhuma das suas categorias. Dessa forma, não é objetivo desses escritos esgotar a análise das variáveis causais da I Grande Guerra, mas contribuir com uma releitura dos clássicos, sob a ótica da categorização das causas do conflito.

Análises Marxistas sobre a Guerra: Mayer (1981) e Hobsbawm (1987)

Sob uma ótica economicista, Hobsbawm (1987) destaca a crise da década de 1870 como elemento acirrador do protecionismo e da busca por novos mercados consumidores, acelerando a corrida imperialista. Dessa forma, a partir de uma visão materialista-dialética, o historiador entende que o sistema econômico capitalista industrial e a sua contínua expansão levaram à corrida imperialista de grandes e médias potências motivadas pelo interesse de exploração de economias periféricas na busca de mercados consumidores e matérias-primas para sustentar a industrialização ascendente. Essa conjuntura somada às rivalidades econômicas entre Estados nacionais levou ao acirramento de tensões interestatais.

Assim como Arno Mayer (1981), Hobsbawm (1987) menciona a glorificação da guerra e do serviço militar na virada do século. No entanto, para este último, o acelerado crescimento econômico entre os atores envolvidos - em um período no qual a burguesia vem ascendendo como classe dominante no lugar da nobreza que perde espaço - foram os grandes motivadores da transição da paz à guerra. Como cenário de fundo, os sentimentos nacionalistas explicitados por Hobsbawm contribuem na forma de causa subjacente da guerra. Os nacionalismos eram consolidados a partir da educação infantil com a construção de símbolos nacionais e do serviço militar obrigatório, já instituído na maioria das potências europeias (HOBSEAWM, 1987).

O desencadeamento da união das massas por um ideal nacionalista, o antagonismo anglo-germânico, a rivalidade franco-germânica, a confecção de acordos interestatais com o surgimento das alianças temporárias tidas como permanentes e a expansão dos gastos militares - caracterizando uma corrida armamentista no final da década de 1880 tendo os governos como principais clientes da indústria bélica - são os principais fatores apontados com precisão por Hobsbawm (1987) ao indicar o aumento de tensões do período pré-1914.

O sistema europeu de Estados, em deterioração progressiva, caminhava para uma divisão em “dois blocos opostos de grandes nações” (HOBSEAWM, 1987), após a ascensão germânica. No entanto, para Hobsbawm (1987), as rivalidades interestatais não se intercambiavam, de modo que o Império austro-húngaro não tinha litígios com a França, assim como a Alemanha não os tinha com a Rússia. Dessa forma, as rivalidades pontuais e intermitentes faziam da guerra um instrumento evitável, não fosse a desestabilização do fluxo internacional, a lógica do planejamento militar conjunto e a integração da Grã-Bretanha ao bloco anti-germânico (HOBSEAWM, 1987).

Para Hobsbawm (1987), a ideia de que a guerra era a continuação da concorrência econômica por outros meios – como uma adaptação da famosa frase de Clausewitz – não é suficiente para explicar as origens da primeira Guerra Mundial, mas é, em linhas gerais, esclarecedora de suas causas subjacentes. A rivalidade entre as potências, antes restrita ao sistema europeu e regiões vizinhas, torna-se global (HOBSBAWM, 1987, p. 467).

Apesar da clara relação traçada entre imperialismo e desenvolvimento capitalista na explosão das rivalidades, os detentores dos meios de produção não detinham a consciência ou o desejo da eclosão de um conflito mundial, tampouco o enxergavam como benéfico para seus negócios (HOBSBAWM, 1987). Segundo Norman Angell, seria uma “grande ilusão” (ANGELL, 1912) acreditar que a guerra ainda era benéfica em um sistema de alta interdependência econômica e financeira. Contudo, não se pode deixar de reconhecer a existência de capitalistas belicosos e expansionistas, especialmente, aqueles ligados à indústria bélica.

O reconhecimento do *ethos* belicoso das classes dirigentes se dá com a análise de Arno Mayer (1981) sobre a força da tradição do Antigo Regime na manutenção de valores conservadores via uma burguesia em busca de prestígio. Na leitura de Mayer (1981), no deflagrar da Primeira Guerra, havia uma superestrutura ainda pré-industrial, baseada em “valores conservadores, antidemocráticos e hierárquicos” (MAYER, 1981, p. 267) das classes dominantes e dirigentes.

Mayer (1981) traz para os estudos da Grande Guerra, escritos de influência marxista com foco em uma visão classista, e na análise da superestrutura, vinculando um conservadorismo ressurgente e belicoso com as causas subjacentes do conflito. Com destaque ao âmbito cultural, Mayer (1981) analisa a força da tradição aristocrática no pensamento burguês da sociedade europeia pré-1914, em especial, nas seis grandes potências envolvidas na Grande Guerra (França, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália). Somado a isso, a crise econômica na Europa (1873-1896) facilitou a disseminação de ideias de uma “burguesia nacional-conservadora” (MAYER, 1981, p. 268), protecionista, imperialista e armamentista, sufocando o *laissez-faire* e o mito da união dos povos via comércio mundial.

Apesar de não ter havido uma permanência da aristocracia como classe dominante, testemunhou-se uma incorporação de costumes aristocratas pela burguesia, especialmente os valores da aristocracia agrária. Mayer (1981) desconstrói a ideia de uma Europa crescentemente liberal, progressista e democrática. Segundo ele, a deflagração da Grande

Guerra é motivada pela influência da mentalidade do Antigo Regime na sociedade europeia, trazendo a manutenção de valores aristocráticos, tais como guerra e nacionalismos - símbolos de preservação do prestígio, travestidos na preocupação com a conservação de uma cultura “superior”. Nessa conjuntura, a vitória da guerra demonstraria não somente as melhores tropas, mas a nação superior.

No âmbito doméstico, essa mesma burguesia nacional-conservadora temeria o poder do povo e a conquista do sufrágio universal, em um cenário marcado pela organização de movimentos operários e a disseminação do ideário socialista. Com base em uma visão negativa das massas, vistas como incultas e perigosas, a possibilidade do sufrágio é vista com temor por uma burguesia feudalizada (MAYER, 1981). Segundo Mayer (1981), a democracia causava temor nas classes dirigentes pré-1914 – uma sociedade marcada pelo elitismo antidemocrático, a partir da difusão das ideias social-darwinistas e nietzschianas, formando forças contra as pressões por democratização social e política. Essas elites dirigentes, temerosas do povo e seus levantes, canalizam seus medos para as agressões externas contra outros Estados (MAYER, 1981), unificando a nação no plano doméstico a partir da criação de um inimigo externo comum, inflamando sentimentos nacionalistas que transcendem conflitos classistas. “Os conflitos internos de classe, status e poder deram à guerra externa impulsos absolutos e ideológicos” (MAYER, 1981, p. 295) em uma sociedade permeada pelas ideias de glorificação da “moral do guerreiro” (NIETZSCHE, 1887 apud MAYER, 1981), uma leitura própria da elite vigente.

Como resultado, a permanência da moral do Antigo Regime na elite burguesa europeia formou a causa subjacente para a deflagração da guerra e, ironicamente, essa mesma guerra gerou o ocaso do Antigo Regime e dos impérios na Europa. Outros autores, como Adam Watson (1992) diriam inclusive que a Grande Guerra teria gerado não somente o ocaso da “Era dos Impérios” (HOBSBAWM, 1987), mas também o fim de uma hegemonia de quase quinhentos anos de potências europeias.

A Sociedade de Estados e o Fim da Hegemonia Europeia

Teórico da Escola Inglesa, Adam Watson (1992) entende a Grande Guerra como um marco caracterizado pelo fim da hegemonia europeia no sistema internacional - uma hegemonia de quase quinhentos anos que resultou na expansão de regras e instituições de matrizes europeias por todo o Ocidente.

A partir de uma abordagem histórico-comparativa, Watson busca compreender o funcionamento de todo o sistema de Estados com foco exclusivo na sociedade internacional europeia, transbordando um eurocentrismo não somente desse autor, mas presente em grande parte da historiografia. O pensamento de Watson é nitidamente guiado pela visão jurídica do sistema de Estados, dessa forma, ele analisa o período pré-Primeira Guerra como um período marcado pela expansão do sistema de Estados europeus, em suas normas e práticas regulatórias.

Segundo o teórico, a Europa se expande ao longo dos séculos de maneira a tornar o seu sistema restrito de Estados em um sistema mundial a partir do século XIX². No plano econômico, os países europeus industrializados tinham vantagem sobre o restante do mundo, vendendo mais barato e em maior quantidade.

Somado a isso, com o desenvolvimento tecnológico e a expansão de teorias evolucionistas, a sociedade europeia se auto-identificava como etnicamente e moralmente superior. Watson (1992) diagnostica o imperialismo cultural da Europa oitocentista como uma forma de dominação estratégica que cria as bases para a expansão do seu sistema de Estados. Os Estados eram admitidos como membros dessa sociedade desde que “adotassem suas regras e fossem capazes de atingir um nível aceitável de civilização” (WATSON, 1992, p. 380).

Sob essa visão teórica, a sociedade internacional europeia se caracterizou por “uma sucessão de hegemonias”, na qual os atores buscavam transformar todo o sistema pela expressão de sua autoridade frente aos demais, responsabilizando-se, muitas vezes, pela criação de regras e convenções, pelas quais a sociedade internacional é pautada. No entanto, como resultado da Primeira Guerra, teria havido a “destruição da sociedade europeia de Estados” (WATSON, 1992, p. 386), suscitando o surgimento de uma nova sociedade internacional, marcada pelo idealismo da Liga das Nações e o revanchismo do Tratado de Versalhes (WATSON, 1992). Dessa forma, o cenário de destruição da Europa, após duas guerras mundiais, somado à ascensão concomitante de novos atores com maior poder relativo no sistema internacional, acelerou o colapso europeu. (WATSON, 1992).

Para Watson (1992), as relações dos sistemas de Estados podem se dividir em quatro categorias ideais: independência, hegemonia, domínio e império, em que estão marcadas pela tensão entre a busca pela independência e ordem, contudo, a última limitaria a primeira. Dessa forma, um cenário de múltiplas independências motivaria os atores a buscarem alianças.

² No continente americano, a presença europeia se fazia a partir da exportação das instituições e demografia marcada por descendentes europeus, em sua maioria, fazendo parte da elite social, econômica e dirigente. Na Ásia e na África, a hegemonia coletiva do concerto europeu se dava de forma mais direta, a partir do neocolonialismo.

Portanto, a Entente (França, UK e Rússia) seria vista, nesse interim, como uma coalisão anti-hegemônica. Ao considerar que “onde se situam as independências múltiplas, quanto mais estreitamente os Estados soberanos estiverem envolvidos uns com os outros, menos se sentirão capazes de operar sozinhos”, (WATSON, 1992) Watson elucida conceitualmente a coalisão anti-hegemônica.

Ao limitarem suas ações em nome de paz e prosperidade, os Estados perdem autonomia e, posteriormente, independência. A ordem tende a ser interpretada como geradora de opressões quando imposta, potencialmente, ou, de fato, por um poder hegemônico. A opressão ocorre no caso das autoridades imperiais que exercem domínio sobre outros Estados ao determinarem assuntos da ordem dos governos internos, ainda que lhes atribuam independência formal (WATSON, 1992).

A teoria de Watson se opõe à teoria realista, que enxerga o sistema internacional em uma fase pré-social de natureza hobbesiana. A metodologia histórico-linear dada por ele vai de encontro à visão cíclica da teoria realista que afirma que o sistema se move pelos mesmos princípios desde a Guerra do Peloponeso até o sistema atual.

Análises Realistas sobre a Guerra: Kennedy (1988), Kissinger (1994) e Kennan (1994)

"Theory is always for someone and for some purpose"
(COX, Robert, 1981, p. 128)

Apesar das Relações Internacionais denotarem uma disciplina essencialmente cosmopolita, tomando por base o seu objeto de estudo, ela se desenvolveu como uma ciência social eminentemente anglo-saxônica (HOFFMANN, 1977) e parcial.

De uma vertente realista, o britânico Paul Kennedy (1988) examina a I Guerra com foco nos recursos militares e industriais disponíveis comparativamente entre as grandes potências. Kennedy (1988) destaca em seu livro os fatores que caracterizam uma grande potência: 1) capacidade de mobilização de recursos – econômicos e militares (variáveis estratégicas); 2) fatores geopolíticos (variáveis naturais); 3) decisões diplomáticas e políticas de coalisão (variáveis políticas), e.g., a capacidade estratégica do país de formar alianças – âmbito externo – e de imprimir sentimento nacionalista na população – âmbito interno. É necessário destacar, no entanto, a importância das variáveis estratégicas. Para o autor, havia dois poderes-âncoras que determinavam a capacidade de uma nação como potência: o poder econômico e o poder militar, ambos complementares e fortemente determinados pelo potencial tecnológico do Estado.

Aplicando a sua caracterização à realidade pré-1914, Kennedy (1988) destaca o surgimento de novos poderes no sistema internacional: Alemanha, EUA, Japão e Itália – esta última, com menor intensidade, pois era considerada um membro marginal do sistema das grandes potências (KENNEDY, 1988, p. 206) devido às suas restrições demográficas, territoriais e econômicas. Em termos de equilíbrio de poder, a ascensão da Alemanha resultou em um impacto muito maior, pois alterou a posição relativa de todas as grandes potências do sistema europeu.

Segundo Kennedy (1988), a Conferência de Berlin (1884/85) correspondeu, simbolicamente, ao ápice do predomínio europeu no cenário global, na qual os poderes centrais eram Grã-Bretanha, França e Alemanha (KENNEDY, 1988). Esse cenário marcado pela Europa como centro do mundo nas décadas anteriores à Primeira Guerra, não torna previsível a ruína com a qual o continente se depararia após o conflito. Para ele, a I Guerra Mundial marca o início de um novo cenário internacional marcado pela crise das “potências médias” europeias e pela bipolaridade pós-1945.

Dessa forma, a tese central de Kennedy (1988) reside na ideia de que momentos de mudança de hegemonia no sistema internacional – diagnosticada anteriormente por Watson, como característica natural da sociedade de Estados – provoca um desequilíbrio de poder e a tendência ao conflito. Em outras palavras, a causa eficiente da I Guerra Mundial está centralizada na ascensão de novas potências, especialmente, a Alemanha, e a queda relativa de potências que desejavam manter o seu status quo de dominação global, como o Reino Unido. Kennedy (1988) inclusive compara a I Guerra Mundial à Guerra do Peloponeso, sobre a qual Tucídides se debruça para diagnosticar que a eclosão do conflito se deveu a uma questão de mudanças na balança de poder com o crescimento do poder ateniense e o consequente dilema de segurança que isso gerou em Esparta.

Dando continuidade a análises realistas, Kissinger (1994) destaca a centralidade da atuação dos líderes políticos e do dilema de segurança no desencadeamento do conflito, explicitando que a preocupação com a segurança levou a um círculo vicioso de corrida armamentista, causa necessária para a deflagração da guerra. Segundo o autor, a insegurança germânica originou um forte investimento em Defesa que, por sua vez, acabou levando ao receio de seus vizinhos e encadeando um estado pré-guerra (KISSINGER, 1994). Somado a isso, para Kissinger (1994), os líderes europeus criaram uma máquina do juízo final sem se dar conta das possíveis consequências, dando origem às causas necessárias para a eclosão da guerra:

Oscilando com as emoções do momento e sofrendo de uma extraordinária falta de sensibilidade pelo psiquismo estrangeiro, os líderes alemães, após Bismarck, combinaram truculência com hesitação, atirando seu país primeiro para o isolamento, em seguida para a guerra. (KISSINGER, 1944, p. 170)

No nível do indivíduo, Garnnett destaca a *misperception* como causa em potencial de conflitos, como argumentado por Robert Jervis, entre outros, tomadores de decisão frequentemente avaliam mal as intenções e capacidades de inimigos e julgam mal os riscos e consequência da guerra.

Para o também teórico realista George Kennan (1947), a Primeira Guerra Mundial é uma guerra europeia com razões e motivações europeias, mas com consequências diretas para os Estados Unidos. Kennan (1947) desenvolve, ao longo de seus escritos, uma heroicização de Woodrow Wilson e dos valores norte-americanos e expõe a falta de sentido da primeira guerra mundial, como se lhe faltassem princípios pelos quais lutar. Segundo o teórico estadunidense, a guerra deixa a Europa vulnerável ao poderio soviético (KENNAN, 1947, p. 73), considerando o continente europeu um espaço perigoso devido à vulnerabilidade do pós-guerra e à proximidade geográfica com a União Soviética. Na sua visão de estrategista norte-americano, Kennan (1947) defende a importância da estabilidade europeia para os Estados Unidos, especialmente, para fins de contenção do poder soviético. Segundo ele, o maior perigo representado pela URSS se refere ao caráter intrinsecamente expansionista da ideologia comunista, que, por sua vez, representaria um perigo para a hegemonia estadunidense.

A prática norte-americana de guerra segue travestida de um discurso legitimador com a defesa de determinados princípios - Guerra de Secessão: combate à escravidão, II Guerra Mundial: combate ao nazi-fascismo e assim por diante.

Nessa linha, o pensamento realista serviu como instrumento de racionalização da política externa norte-americana, via políticas de deterrência, acúmulo de poder e intervencionismo (HOFFMANN, 1977, p. 48), legitimando comportamento e ações do centro hegemônico dominante, a partir de uma teoria, em tese, neutra e imparcial, caracterizando-se como uma teoria de conservação do *status quo*. Suas implicações teóricas, marcadas pelo seu caráter ahistórico, posicionando a anarquia e a desigualdade de poder do sistema internacional como condições exógenas e imutáveis, atuam como instrumentos de conservação no âmbito prático e como variáveis de restrição analítica e epistemológica no âmbito teórico.

Considerações finais

Muito já se foi escrito sobre a I Guerra Mundial, em especial, as causas que levaram à sua origem. No entanto, o objetivo deste artigo se configura na releitura das motivações da origem da Primeira Guerra a partir de títulos tradicionais, considerando a ótica weberiana da multiplicidade de causas para os fenômenos sociais e entendendo o desencadeamento da Primeira Guerra em sua conjuntura de fatores - econômico, político, cultural e sociológico. Para Weber, o entendimento das relações humanas deve se dar sem buscar a formulação sistemática de leis ou estabelecer causas únicas como determinantes dos fenômenos.

Estes escritos tiveram por fim repensar um evento marcante nas relações internacionais, em sua realidade prática e em sua consolidação como campo acadêmico, além de destacar o principal objetivo do amplo entendimento de suas causas a partir de diversas releituras: desenvolver mecanismos de se evitar a violência interestatal. Para isso, é essencial compreender as suas variáveis causais. Facilitando a análise, Garnett (2002) forneceu os instrumentos necessários para estudar as causas gerais de ocorrência da guerra.

Aplicando-os ao contexto da I Guerra Mundial é possível destacar: 1) causa imediata – assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand; 2) causa(s) subjacente(s) – passagem de um concerto elástico europeu (Conselho de Viena) para um confronto rígido entre duas coalisões (WATSON, 1992, p. 378) com acordos de assistência recíproca no âmbito das trípticas alianças e ausência de memória recente de guerra entre as grandes potências; 3) causa(s) eficiente(s) – expansionismo alemão e colonialismo ultramarino; 4) causa permissiva – anarquia do sistema internacional; 5) causa instintiva – queda do líder cauteloso Bismarck; 6) causa adquirida – revanchismos nacionalistas; 7) causa necessária – corrida armamentista. A causa suficiente, no entanto, não se aplica ao objeto estudado, uma vez que o presente texto buscou demonstrar a ausência de uma causa única para a ocorrência da I Guerra.

Com a categorização das causas da guerra de John Garnett (2002), foi possível elencar uma série de variáveis para o entendimento da multiplicidade de causas que levaram à I Guerra Mundial, um conflito que moveu sentimentos nacionalistas, consolidou identidades nacionais e desintegrou impérios, reservando grande relevância nos estudos históricos, políticos e estratégicos. O debate teórico acerca das possibilidades de se evitar a guerra está longe de se esgotar e, se nesse embate, as teorias servem sempre a alguém ou a algum propósito, que ela ao menos traga as possibilidades de redução do conflito a partir de uma agenda crítica e propositiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEMENCEAU, Georges. **Discours de Paix**. Verdun, 20 jul. 1919. Discurso de Verdun em comemoração à vitória na 1ª Guerra Mundial.

GARNETT, John. The Causes of War and the Conditions of Peace. In BAYLIS, John et al. **Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies**. Oxford: Oxford University Press, 2002, cap.1, p. 19-38.

HOBSBAWM, Eric. Da Paz à Guerra. In: HOBSBAWM, Eric, **A Era dos Impérios**. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Cap. 13, p. 417- 469.

HOFFMAN, Stanley. An American S o c i a l S c i e n c e : International Relations. **Daedalus** 106 (3), 1977, p. 41-60.

KENNAN, George. **Las Fuentes de la Conducta Soviética**. [Trad.]. Buenos Aires: GEL, 1991, p. 73-92.

KENNEDY, Paul. The Coming of a Bipolar World and the Crisis of the “Middle Powers”: Part One, 1885-1918. In: KENNEDY, Paul, **The Rise and Fall of the Great Powers**. Londres: Unwin Hyman, 1988. Cap. 5, p. 191-266.

KISSINGER, Henry. A Political Doomsday Machine: European Diplomacy Before the First World War. In: KISSINGER, Henry, **Diplomacy**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994. Cap. 7, p. 168-201.

MAYER, Arno. A Força da Tradição. In: MAYER, Arno, A persistência do Antigo Regime. [Trad.]. São Paulo: Cia das Letras, 1987. Cap. 5, p. 267-318.

WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Cap. 22 e 23, p. 369-399.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. v. 1-2.

Sobre a autora

Ariane Costa dos Santos é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), bolsista da CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq sobre Política Externa Brasileira e América do Sul; Professora de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Cândido Mendes (2017.01) e Secretária Executiva do Jornal Informativo Infoneiba/ Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina. Especialista em Gestão de Negócios Internacionais (IBMEC-RJ). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2014) e em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Bolsista de pesquisa do PIBIC/UFRJ (2009-2010) pelo departamento de Sociologia. Bolsista do Instituto Cervantes (2008) para o curso de Língua e História Contemporânea da Espanha, na Universidade de Salamanca. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente no IFCS/UFRJ (2008-2010), Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval/EGN (2011-2012) e Laboratório de Política Externa Brasileira/UFF (2012/2013). Assessora da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque (2014). Assistente de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2015).

